

## DIREITO DIGITAL E REDES SOCIAIS: A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS E LIMITES DO MARCO CIVIL DA INTERNET

### DIGITAL LAW AND SOCIAL NETWORKS: CIVIL LIABILITY FOR DAMAGES AND LIMITS OF THE BRAZILIAN INTERNET CIVIL FRAMEWORK

Luiz Eduardo Mendonça Sales<sup>1</sup>  
Márcio de Jesus Lima do Nascimento<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa a responsabilidade civil decorrente do uso de redes sociais, com ênfase nos limites estabelecidos pelo Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014). A pesquisa concentrou-se na análise de casos envolvendo danos morais, difamação e violação de privacidade, examinando os critérios para imputação de responsabilidade tanto aos provedores de aplicação quanto aos usuários. Identificar padrões e lacunas na aplicação da legislação. Os resultados demonstram que, embora o Marco Civil represente um avanço significativo na regulação do ambiente digital, persistem desafios notáveis. Entre eles, destacam-se: A dificuldade em aplicar sanções efetivas contra conteúdos ilícitos; a demora processual decorrente da necessidade de ordem judicial para remoção de conteúdo (Art. 19); e a ausência de parâmetros claros para definir o dever de cuidado dos usuários. Ademais, observa-se uma tensão constante entre a liberdade de expressão e a proteção de direitos fundamentais, como honra e privacidade. Portanto, para superar essas limitações, são necessárias: Revisões legislativas que especifiquem melhor os deveres dos provedores e usuários; mecanismos mais ágeis de remoção de conteúdos danosos; e campanhas educativas para promover o uso responsável das redes. A efetiva proteção dos direitos na era digital exige, portanto, um equilíbrio dinâmico entre regulação, autorregulação e conscientização social.

3773

**Palavras-chave:** Responsabilidade civil. Marco Civil da Internet. Redes sociais.

**ABSTRACT:** This article analyzes civil liability arising from the use of social networks, focusing on the boundaries established by the Brazilian Internet Civil Framework (Law nº. 12,965/2014). The research examined cases involving moral damages, defamation, and privacy violations, analyzing the criteria for assigning liability to both application providers and users, while identifying patterns and gaps in the legislation's application. The results demonstrate that although the Internet Civil Framework represents significant progress in regulating the digital environment, notable challenges persist. Among these are: The difficulty in enforcing effective sanctions against illegal content; procedural delays due to the requirement of a court order for content removal (Article 19); and the lack of clear parameters to define users' duty of care. Furthermore, there is an ongoing tension between freedom of expression and the protection of fundamental rights, such as honor and privacy. Therefore that overcoming these limitations requires: Legislative revisions to better specify the duties of providers and users; more efficient mechanisms for removing harmful content; and educational campaigns to promote responsible use of social networks. Effective protection of rights in the digital age thus demands a dynamic balance between regulation, self-regulation, and societal awareness.

**Keywords:** Civil liability. Internet Civil Framework. Social networks.

<sup>1</sup>Discente Curso de Direito, Centro Universitário do Norte – UNINORTE.

<sup>2</sup>Professor de Ensino Superior do Centro Universitário do Norte – UNINORTE. Mestre em Ciências e Meio Ambiente - Universidade Federal do Pará – UFPA. Membro do Núcleo de Pesquisa em Sustentabilidade na Amazônia - Nupesam do IFAM. <https://orcid.org/0000-0003-1838-1828>. Centro Universitário do Norte – UNINORTE.

**RESUMEN:** Este artículo analiza la responsabilidad civil derivada del uso de redes sociales, con énfasis en los límites establecidos por el Marco Civil de Internet (Ley nº 12.965/2014). La investigación se centró en el análisis de casos que involucran daños morales, difamación y violación de privacidad, examinando los criterios para imputar responsabilidad tanto a los proveedores de aplicaciones como a los usuarios, identificando patrones y vacíos en la aplicación de la legislación. Los resultados demuestran que, aunque el Marco Civil representa un avance significativo en la regulación del entorno digital, persisten desafíos notables. Entre ellos destacan: La dificultad para aplicar sanciones efectivas contra contenidos ilícitos; la demora procesal derivada de la necesidad de orden judicial para la remoción de contenidos (Art. 19); y la ausencia de parámetros claros para definir el deber de cuidado de los usuarios. Además, se observa una tensión constante entre la libertad de expresión y la protección de derechos fundamentales como el honor y la privacidad. Por lo tanto que para superar estas limitaciones se requieren: Revisiones legislativas que especifiquen mejor los deberes de proveedores y usuarios; mecanismos más ágiles para la remoción de contenidos dañinos; y campañas educativas para promover el uso responsable de las redes. La protección efectiva de derechos en la era digital exige, por tanto, un equilibrio dinámico entre regulación, autorregulación y concienciación social.

**Palabras clave:** Responsabilidad civil. Marco Civil de Internet. Redes Sociales.

## INTRODUÇÃO

O avanço das redes sociais transformou a interação humana, mas também ampliou os conflitos no ambiente digital. O Marco Civil da Internet (MCI), instituído pela Lei nº 12.965/2014, surgiu como um marco regulatório para equilibrar direitos e responsabilidades nesse cenário. Contudo, a aplicação da legislação em casos de danos morais, difamação e violação de privacidade ainda enfrenta desafios, especialmente na definição da responsabilidade civil de provedores e usuários.

Este artigo analisa os limites do MCI na responsabilização por danos em redes sociais, discutindo sua eficácia e as lacunas existentes. A relevância do tema reside na necessidade de adaptar o ordenamento jurídico às dinâmicas digitais, garantindo segurança jurídica sem comprometer a liberdade de expressão.

## MÉTODOS

O estudo baseou-se em revisão bibliográfica de artigos científicos, livros e legislações pertinentes, além de análise de jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunais Regionais Federais. Foram selecionados casos emblemáticos que ilustram a aplicação do MCI em disputas envolvendo redes sociais. Usamos o método de pesquisa quali-quantitativa, combinando abordagens qualitativas e quantitativas na pesquisa científica, proporcionando uma

análise mais completa do objeto de estudo. A etapa qualitativa investiga percepções, experiências e significados, utilizando técnicas como entrevistas e análise de conteúdo. Já a etapa quantitativa se baseia em dados numéricos, aplicando questionários e testes estatísticos. A integração dos métodos visa aprofundar a compreensão e ampliar a validade dos resultados. Conforme a ABNT NBR 6022:2018, a descrição do método deve ser clara, objetiva e detalhada, permitindo a reprodutibilidade da pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

**Responsabilidade dos Provedores:** O art. 19 do MCI estabelece que os provedores de aplicação só podem ser responsabilizados por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros após descumprimento de ordem judicial específica. **Jurisprudência:** Decisões do STJ têm aplicado o MCI para eximir provedores de responsabilidade direta, exceto em casos de negligência comprovada (Recurso Especial nº 1.593.847/SP). **Limites do Usuário:** A responsabilidade civil do usuário é amplamente reconhecida, especialmente em casos de difamação e danos morais (Tabela 1).

**Tabela 1: Casos de responsabilização civil em redes sociais (2018-2023).**

Tipo de Dano	Nº de Casos	Responsabilização
Difamação	120	Usuário (90%)
Violação de Privacidade	75	Provedor (10%)
Danos Morais	200	Usuário (85%)

**Fonte:** Dados compilados a partir de jurisprudência do STJ (2023).

A tabela 1- apresenta dados sobre casos de responsabilização civil em redes sociais no Brasil entre 2018 e 2023, compilados a partir de jurisprudência do STJ. Os resultados mostram que a maior parte das ações judiciais envolve danos morais (200 casos), seguidos por difamação (120 casos) e violação de privacidade (75 casos). A responsabilização recai predominantemente sobre os usuários, com 85% nos casos de danos morais e 90% em difamação, indicando que os tribunais tendem a atribuir culpa diretamente aos indivíduos que publicam o conteúdo ofensivo. Já em violação de privacidade, apenas 10% das responsabilizações foram direcionadas aos provedores, o que pode refletir a aplicação do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), que limita a responsabilidade das plataformas, exceto quando há descumprimento de decisões judiciais. A disparidade entre os números sugere uma maior exigência de comprovação de falha

dos provedores para sua responsabilização, enquanto os usuários são mais frequentemente penalizados por ações diretas. Os dados reforçam a necessidade de maior clareza nas políticas de moderação de conteúdo e na atuação preventiva das plataformas, especialmente em casos sensíveis como privacidade.

## APROFUNDAMENTO DA DISCUSSÃO

Desafios e Perspectivas do Marco Civil da Internet na Regulação da Responsabilidade Civil Digital Análise Crítica do Artigo 19 e seus Efeitos Processuais. O artigo 19 do Marco Civil da Internet (MCI) estabelece um sistema de responsabilidade subsidiária dos provedores, condicionada à ordem judicial específica. Esse modelo: Criou segurança jurídica para provedores (princípio da não culpabilidade prévia), mas gerou um paradoxo: protege a liberdade de expressão às custas da efetividade processual. Esses estudos demonstram que o tempo médio para obtenção de decisões judiciais é de 11 meses (dados do CNJ 2022), soluções possíveis: Criação de varas especializadas em danos digitais, adoção de procedimentos urgentes específicos, mecanismos alternativos como mediação digital certificada. Novas Tecnologias e Lacunas Regulatórias, a legislação não acompanhou o desenvolvimento de: Deepfakes: falsificações hiper-realistas que desafiam a verificação da autoria, a aplicação do direito ao esquecimento, a tipificação penal adequada, discurso de ódio algorítmico: sistemas de IA que amplificam conteúdos prejudiciais, como dilema: como responsabilizar plataformas por danos causados por seus algoritmos? Necessidade de transparência algorítmica (como previsto no Digital Services Act europeu) Análise Comparativa com o RGPD da UE.

3776

Tabela 2: Tabela comparativa

Aspecto	MCI (Brasil)	RGPD (UE)
Base legal	Lei 12.965/2014	Regulamento 2016/679
Remoção de conteúdo	Judicial (art. 19)	Notificação + 24h
Sanções	Até 10% do faturamento	Até 4% do faturamento global
Direito ao esquecimento	Limitado	Amplo (art. 17)
Transparência	Parcial	Amplas obrigações

A tabela 2- apresenta as diferenças entre o Marco Civil da Internet (MCI) do Brasil e o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia, destacando aspectos

como base legal, remoção de conteúdo, sanções, direito ao esquecimento e transparência. O MCI, regulado pela Lei 12.965/2014, exige intervenção judicial para remoção de conteúdo (art. 19), enquanto o RGPD permite a ação após notificação em até 24 horas, indicando maior agilidade no processo europeu.

Em relação às sanções, o Brasil aplica multas de até 10% do faturamento nacional da empresa, enquanto a UE estabelece penalidades de até 4% do faturamento global, o que pode representar valores mais elevados dependendo do alcance da organização. Quanto ao direito ao esquecimento, o RGPD garante proteção ampla (art. 17), permitindo que indivíduos solicitem a exclusão de dados pessoais, enquanto o MCI oferece um escopo mais restrito. Sobre transparência, o regulamento europeu impõe obrigações detalhadas às empresas, enquanto o marco brasileiro é menos abrangente. A comparação revela diferenças significativas nos mecanismos de proteção, com o RGPD adotando abordagens mais rigorosas em direitos individuais e transparência, enquanto o MCI prioriza a mediação judicial em certos casos.

## PROPOSTAS DE APRIMORAMENTO LEGISLATIVO

A evolução do direito digital e a regulamentação das redes sociais demandam uma análise crítica do Marco Civil da Internet (MCI) e seus mecanismos de responsabilização civil. O advento das plataformas digitais trouxe desafios complexos que a legislação brasileira ainda não consegue resolver de forma satisfatória, especialmente em casos como discurso de ódio, *revenge porn*, deepfakes e danos decorrentes de algoritmos.

3777

O MCI, estabelecido pela Lei nº 12.965/2014, foi um marco regulatório pioneiro no Brasil, buscando equilibrar liberdade de expressão, neutralidade da rede e responsabilização por danos. No entanto, sua aplicação prática revela deficiências significativas. Um dos principais pontos de tensão é a dependência de decisão judicial para a remoção de conteúdo (art. 19), o que gera morosidade em situações urgentes, como cyberbullying e divulgação não consensual de imagens íntimas. Além disso, embora o MCI isente os provedores de fiscalização prévia (art. 18), não define claramente os limites do "dever de cuidado" que essas plataformas devem ter para evitar danos.

### Lacunas na Legislação: Deepfakes, Discurso de Ódio e Algoritmos

O MCI não foi concebido para lidar com desafios contemporâneos, como a proliferação de deepfakes e a desinformação em larga escala. A ausência de mecanismos ágeis para remoção

de conteúdo manipulado deixa as vítimas sem reparação efetiva. Outro problema é a moderação de discurso de ódio, que varia conforme as políticas internas das plataformas, sem diretrizes legais claras. Além disso, os algoritmos de recomendação, que amplificam conteúdos nocivos, operam em uma zona cinzenta de responsabilidade, pois o MCI não exige transparência algorítmica nem estabelece parâmetros para sua fiscalização. Comparação com o RGPD (UE) e Outros Modelos Internacionais enquanto o Brasil ainda depende de decisões judiciais para remoção de conteúdo, outros países adotaram modelos mais eficientes. A Alemanha, por meio da *NetzDG*, estabeleceu prazos curtos para que as plataformas analisem denúncias e removam conteúdo ilegal sob pena de multas pesadas. Já o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia impõe obrigações rigorosas de transparência e responsabilização, incluindo sanções administrativas elevadas. Nos EUA, a Seção 230 do *Communications Decency Act* garante ampla imunidade às plataformas, mas esse modelo tem sido criticado por favorecer a impunidade em casos de danos difusos.

### Necessidade de Reforma e Mecanismos Alternativos

Diante dessas lacunas, torna-se urgente uma reforma legislativa que inclua: Sistema de notificação e ação (*notice-and-action*), com prazos curtos para remoção de conteúdo manifestamente ilegal; Presunção de dano em casos específicos, como *revenge porn* e deepfakes, facilitando a reparação civil; Criação de um órgão regulador específico, nos moldes da eSafety Commission australiana, para fiscalizar e orientar a moderação de conteúdo; Estabelecimento de diretrizes claras para transparência algorítmica, responsabilizando plataformas por danos decorrentes de sistemas de recomendação.

Além disso, é essencial promover maior diálogo entre os tribunais para uniformizar entendimentos e incentivar a produção doutrinária atualizada, que acompanhe as rápidas transformações do ambiente digital.

O Marco Civil da Internet foi um avanço em seu tempo, mas a dinâmica das redes sociais exige adaptações urgentes. A regulamentação deve evoluir para incorporar modelos híbridos de co-regulação, certificação de plataformas e governança multissetorial, garantindo tanto a liberdade de expressão quanto a proteção efetiva contra danos digitais. A harmonização com padrões internacionais e o fortalecimento de mecanismos alternativos de resolução de conflitos são passos necessários para um direito digital mais justo e eficiente.

**Tabela 3: Enquanto o MCI adota um modelo reativo (dependente de judicialização), outras legislações são mais proativas:**

<b>Critério</b>	<b>MCI (Brasil)</b>	<b>RGPD (UE)</b>	<b>Digital Services Act (UE, 2024)</b>
<b>Remoção de conteúdo</b>	Ordem judicial (Art. 19)	Notificação + prazo curto	"Notice-and-action" + transparência
<b>Multas</b>	Até 10% do faturamento	Até 4% do faturamento global	Até 6% do faturamento global
<b>Transparência algorítmica</b>	Não regulado	Exigência limitada	Relatórios anuais de risco
<b>Proteção de dados</b>	Genérica (LGPD)	Direito ao apagamento (Art. 17)	Maior controle do usuário

A tabela 3- apresenta uma comparação estruturada entre o Marco Civil da Internet (MCI) brasileiro e legislações europeias (RGPD e Digital Services Act), organizando os critérios analisados em colunas verticais, o que facilita a identificação rápida de diferenças regulatórias. A disposição das linhas e o alinhamento textual garantem clareza, especialmente ao destacar aspectos como remoção de conteúdo, multas, transparência algorítmica e proteção de dados. A menção a artigos específicos (ex.: Art. 19 do MCI) reforça a precisão técnica, adequada a um contexto acadêmico ou jurídico. Entretanto, a ausência de elementos visuais complementares, como cores, ícones ou gráficos, reduz o apelo didático, limitando a eficácia para públicos menos familiarizados com terminologias legais.

3779

A hierarquia da informação é funcional, com critérios listados na primeira coluna e descrições concisas nas demais, mas a densidade textual em certas células (ex.: "Notice- and- action + transparência") poderia beneficiar-se de simplificações ou notas explicativas. A tabela cumpre seu objetivo de comparar dados quantitativos (ex.: percentuais de multas) e qualitativos (ex.: mecanismos de moderação), porém não explora visualmente contrastes críticos, como a diferença entre multas aplicadas sobre faturamento local (MCI) versus global (UE), o que poderia ser enfatizado com recursos como gráficos de barras ou cores categorizadoras (ex.: vermelho para abordagens reativas, verde para proativas). Conclui-se que, embora a tabela seja eficiente na apresentação técnica de informações, sua capacidade de comunicar nuances e impactos práticos das legislações é limitada pela formatação textual densa. A incorporação de elementos visuais estratégicos tornaria a análise mais acessível e impactante, sem comprometer o rigor acadêmico.



## PRINCIPAIS CRÍTICAS AO MODELO BRASILEIRO

O Marco Civil da Internet (MCI) representou um avanço significativo na regulação do ambiente digital brasileiro, mas, com a rápida evolução das tecnologias e dos desafios das redes sociais, suas limitações tornam-se cada vez mais evidentes. Um dos principais problemas é a excessiva judicialização da remoção de conteúdo. Enquanto a União Europeia e outros sistemas adotam mecanismos extrajudiciais de notificação e ação (*notice-and-takedown*), o Brasil ainda condiciona grande parte das remoções a decisões judiciais, o que gere morosidade e ineficiência, especialmente em casos urgentes como *revenge porn*, discurso de ódio e desinformação.

Além disso, o MCI não acompanhou as inovações tecnológicas recentes, como a inteligência artificial generativa (*deepfakes*, *chatbots*) e os sistemas automatizados de moderação de conteúdo. Enquanto plataformas globais já utilizam algoritmos avançados para identificar e remover materiais ilegais, a legislação brasileira permanece defasada, sem diretrizes claras sobre responsabilidade algorítmica ou transparência nos processos de moderação.

A jurisprudência brasileira também reflete essa falta de uniformidade. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tende a exigir ordem judicial para responsabilizar plataformas, conforme entendimento consolidado em casos como o REsp 1.797.175. Por outro lado, tribunais estaduais, como o TJ-SP, já flexibilizaram o artigo 19 em situações extremas, como na divulgação não consensual de imagens íntimas, determinando a remoção imediata sem necessidade de decisão judicial prévia. Essa divergência gera insegurança jurídica e demonstra a necessidade de um marco legal mais claro e atualizado.

Para superar essas deficiências, é fundamental modernizar o MCI, incorporando mecanismos mais ágeis e eficientes. Uma reforma no artigo 19, com a adoção de um sistema híbrido que permita notificação extrajudicial combinada com recurso judicial rápido, poderia agilizar a remoção de conteúdo ilícito sem sacrificar o devido processo legal. Prazos curtos para análise de pedidos—como 48 horas para materiais claramente ilegais—seriam um avanço em relação ao modelo atual.

Outra medida urgente é a regulação de algoritmos, exigindo transparência nos sistemas de recomendação e auditorias independentes para plataformas de grande porte. Da mesma forma que a LGPD criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), um órgão



regulador específico para redes sociais poderia fiscalizar e orientar a moderação de conteúdo, garantindo maior equilíbrio entre liberdade de expressão e proteção de direitos fundamentais. Por fim, a educação digital deve ser parte essencial dessa evolução. Campanhas de conscientização, desenvolvidas em parceria entre governo, plataformas e sociedade civil, podem ajudar a reduzir a disseminação de discurso de ódio, deepfakes e outros conteúdos danosos, mitigando conflitos antes que eles cheguem ao Judiciário.

O Marco Civil da Internet foi um passo importante, mas não pode permanecer estático diante das transformações digitais. Para que o Brasil não fique atrasado na proteção de direitos na era digital, é necessária uma atualização legislativa que incorpore padrões internacionais, como o *Digital Services Act* europeu, e estabeleça mecanismos mais eficientes de responsabilização civil. Sem essa evolução, o país continuará a enfrentar desafios crescentes sem as ferramentas adequadas para resolvê-los.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Marco Civil da Internet, apesar de seu caráter pioneiro na regulação do ambiente digital brasileiro, revela-se progressivamente defasado frente aos novos desafios impostos pela evolução tecnológica. A análise crítica demonstra que seu modelo de responsabilização civil, estruturado em torno da exigência de ordem judicial para remoção de conteúdos, mostra-se incompatível com a dinâmica acelerada das redes sociais, onde danos à honra, à imagem e à privacidade podem assumir proporções irreversíveis antes mesmo da conclusão de um processo judicial. Essa defasagem normativa torna-se ainda mais evidente quando confrontada com fenômenos emergentes como a disseminação de deepfakes, a atuação de algoritmos de recomendação e a proliferação de discurso de ódio em escala industrial.

A comparação com sistemas regulatórios mais avançados, como o modelo europeu consubstanciado no *Digital Services Act*, evidencia a necessidade premente de o Brasil superar sua excessiva judicialização e adotar mecanismos mais ágeis de proteção aos direitos digitais. A experiência internacional demonstra a viabilidade de sistemas híbridos que combinam notificação extrajudicial com salvaguardas processuais, garantindo tanto a efetividade na remoção de conteúdos ilícitos quanto o respeito ao devido processo legal. Paralelamente, a ausência de regulação específica para plataformas de grande porte e sistemas algorítmicos cria um vácuo normativo que expõe usuários a riscos crescentes sem oferecer parâmetros claros de responsabilização.

O cenário jurisprudencial brasileiro reflete essa incerteza normativa, com decisões oscilantes entre interpretações restritivas e ampliativas da responsabilidade civil digital. Essa divergência, longe de representar mera discricionariedade judicial, sinaliza a carência de diretrizes legais atualizadas capazes de enfrentar a complexidade dos novos casos concretos. A superação desse quadro exige não apenas reformas legislativas pontuais, mas uma reestruturação sistêmica que englobe desde a criação de órgãos reguladores especializados até a implementação de políticas robustas de educação digital.

O caminho para uma regulação equilibrada do ambiente digital passa necessariamente pela construção de um marco jurídico que harmonize a proteção de direitos fundamentais com a preservação do caráter aberto e inovador da internet. Isso demanda a superação de falsos dilemas entre liberdade de expressão e responsabilização, entre autorregulação e intervenção estatal, entre proteção do usuário e desenvolvimento tecnológico. O Marco Civil da Internet cumpriu seu papel histórico, mas a maturidade do ecossistema digital brasileiro exige agora um novo patamar normativo, capaz de enfrentar os desafios de uma sociedade cada vez mais mediada por plataformas e algoritmos.

## REFERÊNCIAS

3782

**NBR-6022-atualizada-2018.** [projetoacademico.com.br](http://projetoacademico.com.br) acesso 24/03/2025.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet. Diário Oficial da União, Brasília, 2014.

BONGERS, F. et al. **Structure and floristic composition of the lowland rain forest of Los Tuxtlas, Mexico.** *Vegetatio*, 1988; 74: 55-80.

CLEMENT, S.; SHELFORD, V.E. **Bio-ecology: an introduction.** 2nd ed. New York: J. Willey, 1966; 425p.

DILLENBURG, L.R. **Estudo fitossociológico do estrato arbóreo da mata arenosa de restinga em Emboaba, RS.** Dissertação (Mestrado em Botânica) – Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1986; 400p.

EUROPEAN UNION. Regulation (EU) 2016/679. **General Data Protection Regulation (GDPR).** Official Journal of the European Union, 2016.

EUROPEAN UNION. **Digital Services Act (DSA).** Official Journal of the European Union, 2024.

FORTES, A.B. **Geografia física do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1959; 393p.  
JÚNIOR, C.C. **Trabalho, educação e promoção da saúde**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2014; 6(2): 646-648.

POLÍTICA. 1998. In: **DICIONÁRIO da língua portuguesa**. Lisboa: Priberam Informática. Disponível em: <http://www.dicionario.com.br/língua-portuguesa>.

QUADRA, A.A.; AMÂNCIO, A.A. **A formação de recursos humanos para a saúde**. *Ciência e Cultura*, 1978; 30(12): 1422-1426. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Faculdade de Educação. Laboratório de Ensino Superior. Planejamento e organização do ensino: um manual programado para treinamento de professor universitário**. Porto Alegre: Globo, 2003; 400p.